

Fernando Molica

Corrupção a jato

“Bora comprar um jatinho.” A frase, dita pela advogada Cecília Rodrigues, presa por suposto envolvimento com uma das quadrilhas que assaltaram aposentados e ligada à deputada Gorete Pereira (MDB-CE), dá uma ideia do tamanho da banda-lheira geral que assola a república.

A condenação de dois deputados e um ex-parlamentar, todos do PL, por envolvimento com desvio de emendas parlamentares e o barata-voa provocado pelo caso do Banco Master são outras figurinhas importantes no álbum que ilustra a generalização da roubalheira entre nós.

O roubo de dinheiro público parece ter virado regra, e não exceção. Não faz tanto tempo assim que políticos associados à corrupção tinham nome, viraram folclore. Nascido para a atividade pública por obra e graça da ditadura, Paulo Maluf chegou a inspirar o verbo malufar — sinônimo de surrupiar cofres públicos, como registrou reportagem do jornal francês Le Monde publicada em 2005. Ele acabou condenado por esse tipo de desvio.

Padroeiro do Centrão, o ex-deputado Roberto Cardoso Alves foi outro que contribuiu para histórias relacionadas ao uso suspeito da grana de todos nós. Isso, ao usar a oração de São Francisco de Assis — coitado do santo — para justificar o toma lá-dá cá que tanto caracteriza os acordos políticos: “É dando que se recebe”, anunciou. Passaria a ser conhecido ironicamente como “o franciscano”.

A corrupção, importante ressaltar, é uma possibilidade ligada ao exercício do poder, especialmente — mas não exclusivamente — na área pública. Administradores lidam com verbas imensas, é praticamente impossível exercer um controle absoluto

sobre os gastos. O problema é a banalização e a naturalização das safadezas.

A existência de um sistema político frágil, marcado por partidos que, na grande maioria dos casos, não têm compromissos com projetos mais amplos, facilita tudo. Essas agremiações acabam virando blocos parlamentares de defesa de interesses particulares que se materializa na venda de apoio político nas eleições e de votos na Câmara e no Senado.

As emendas parlamentares ao Orçamento, antes uma espécie de apêndice da atividade congressional, foram transformadas em elementos centrais da política. Graças à obrigatoriedade de execução da maior parte delas, deputados e senadores viraram ordenadores de despesas, podem escolher onde e como aplicar verbas que, de um modo geral, sequer são fiscalizadas com rigor.

O caso Master aponta para um descarado processo de compra e venda de agentes públicos e indica a possibilidade de cooptação de integrantes do Supremo Tribunal Federal, algo que deveria ser inimaginável. Há uma sensação de que a república foi transformada numa espécie de coleção de bolhas; algumas carimbadas pela corrupção, outras pelos privilégios como os penduricalhos que decoram salários de juízes e promotores.

O negócio parece ser incontrolável, que remete à caricatura de convidados que, numa festa, enchem os bolsos de doces e salgadinhos, algo semelhante a um vício que conduz a situações patéticas, como o desejo de aplicar dinheiro de aposentados na compra de um avião. Mas tudo tem limite: como dizia uma velha marchinha de Carnaval, melhor é ir com algum jeito, senão, um dia, a casa cai.

Tales Faria

Ministros do STF atribuem a Sidônio articulação para afastar Toffoli

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pode entrar em rota de colisão com o Supremo Tribunal Federal se abraçar a causa de afastar Dias Toffoli do Supremo Tribunal Federal (STF).

Na avaliação dos integrantes da Corte, partem do Palácio do Planalto, mais especificamente do ministro-chefe da Secretaria de Comunicação, Sidônio Palmeira, as notícias de que Dias Toffoli deverá apresentar um pedido de licença para afastar o risco de sofrer impeachment.

Toffoli não conta com muita simpatia de seus colegas na Corte. Mas a interferência do Poder Executivo por motivos eleitorais é vista como absolutamente inaceitável.

Os demais integrantes do STF não concordam com a forma como ele se comportou quando assumiu a relatoria do caso envolvendo o Banco Master e seu dono, Daniel Vercaro. Toffoli retardou e atrapalhou as investigações da Polícia Federal.

Para piorar, foi descoberto como sócio da empresa Maridt, que vendeu uma participação no resort de sua família, o Tayayá, no interior do Paraná, a um fundo de Fabiano Zettel, cunhado do banqueiro Daniel Vercaro.

Mas os ministros do STF acham que o problema foi superado quando ele passou a relatoria ao ministro André Mendonça.

Já atuação da Sidônio Palmeira é interpretada no STF como uma tentativa de evitar que o desgaste de Dias Toffoli contamine a popularidade do presidente Lula na campanha por sua reeleição. Ou seja, tem uma

motivação eleitoral que joga sobre o Supremo a responsabilidade pela queda de popularidade do governo.

Assustou os ministros porque todos sabem que o presidente Lula nunca perdoou Toffoli por ter impedido que ele comparecesse ao velório do irmão, quando esteve preso pela Operação Lava Jato.

A eventual saída de Toffoli, com o apoio do governo, serviria ainda para “abrir a porteira” ao impeachment de outros ministros. E o primeiro a fila seria justamente Alexandre de Moraes.

Foi descoberto que o escritório de advocacia da mulher de Moraes, Viviane Barci, tinha um contrato com o Banco Master prevendo pagamentos mensais de R\$ 3,6 milhões ao longo de três anos, no valor total de R\$ 129 milhões.

O ministro Moraes é considerado o maior credor do governo no STF por sua atuação como relator da condenação e prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e seus aliados da tentativa de golpe de Estado que resultou na invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023.

O afastamento de Toffoli seria uma forma de jogar Moraes aos leões, segundo seus colegas na Corte. Diferentemente de Toffoli, Moraes conta com um maior arco de aliados dentro do STF.

Por tudo isso, os ministros afastam completamente a possibilidade de Toffoli pedir licença do Supremo. Aqueles integrantes da Corte que têm mais trânsito junto ao Palácio do Planalto estão convencidos de que já até tiraram essa ideia da cabeça de Lula e de ministros mais próximos do presidente.

EDITORIAL

Os efeitos da guerra nas economias

A guerra no Oriente Médio volta a impor ao mundo uma velha lição: conflitos regionais raramente permanecem confinados às suas fronteiras. Em um sistema econômico global profundamente interligado, tensões geopolíticas têm o poder de reverberar nos mercados financeiros, nos preços das commodities e nas decisões de política monetária de países distantes do epicentro do conflito.

A instabilidade na região, historicamente estratégica para a produção e o transporte de petróleo, eleva o grau de incerteza global. Mesmo quando não há interrupção imediata da oferta, o simples risco de escalada militar é suficiente para pressionar os preços da energia. Esse movimento, por sua vez, reacende temores inflacionários em diversas economias, obrigando bancos centrais a agir com cautela.

Nos Estados Unidos, a decisão recente de manter a taxa básica de juros reflete justamente esse ambiente de prudência. Após um ciclo agressivo de aperto monetário para conter a inflação pós-pandemia, o Federal Reserve se vê diante de um cenário delicado: a inflação já mostra sinais de desaceleração, mas os riscos externos recomendam evitar movimentos precipitados. Ao manter os juros estáveis, a autoridade monetária busca preservar credibilidade e garantir que choques externos

não voltem a pressionar os preços domésticos.

No Brasil, o quadro apresenta nuances distintas. Embora também exposto às turbulências internacionais, o país vive um processo mais claro de desaceleração inflacionária. Nesse contexto, a decisão de reduzir a taxa básica de juros em 0,25 ponto percentual sinaliza confiança moderada na trajetória de queda da inflação. Trata-se de um corte cauteloso, que procura equilibrar dois objetivos: estimular a atividade econômica sem ignorar os riscos vindos do cenário externo.

A diferença entre as decisões monetárias ilustra bem como o mesmo choque internacional pode produzir respostas distintas. Economias maduras, como a americana, tendem a reagir priorizando a estabilidade financeira global. Já países emergentes, como o Brasil, precisam calibrar suas políticas levando em conta tanto o ambiente internacional quanto as necessidades internas de crescimento.

Por isso, mais do que um episódio geopolítico localizado, a guerra no Oriente Médio torna-se um fator econômico global. Seus efeitos não se limitam às manchetes internacionais; chegam às decisões dos bancos centrais, aos investimentos das empresas e, em última instância, ao cotidiano de milhões de pessoas ao redor do planeta.

Opinião do leitor

Oscar 2026

O nosso vencedor! Wagner Moura pode não ter vencido o Oscar, mas conquistou a estatueta de “Melhor Ator” no coração dos brasileiros. Ser indicado para o Oscar já é uma grande honra! Parabéns Wagner Moura, você é um vencedor. Orgulho do cinema brasileiro!

José Ribamar Pinheiro Filho
Brasília - Distrito Federal

Correio da Manhã

Fundado em 15 de junho de 1901

Edmundo Bittencourt (1901-1929) • Paulo Bittencourt (1929-1963) • Níomar Moniz Sodré Bittencourt (1963-1969)

Cláudio Magnavita (Publisher)
claudio.magnavita@gmail.com

Redação: Gabriela Gallo, Ivo Ribeiro, Marcelo Perillier, Pedro Sobreiro, Rudolfo Lago (editor), William França e Rafael Lima (Coordenador editorial)

Serviço noticioso: Folhapress e Agência Brasil
Projeto Gráfico e Arte: José Adilson Nunes (Coordenação), Anderson Sã e Thiago Ladeira

Telefones: (21) 2042 2955 | (11) 3042 2009 | (61) 4042-7872
Whatsapp: (21) 97948-0452

Rio de Janeiro: Av. João Cabral de Melo Neto 850 Bloco 2 Conj. 520
Rio de Janeiro - RJ CEP 22775-057

Brasília: ST SIBSQuadra 2 conjunto B Lt 10 - Núcleo Bandeirantes
Brasília - DF CEP 71736-20

São Paulo: Av. Francisco Matarazzo, 1752, sala 2317, Água Branca - São Paulo-SP - CEP 05001-200
Campinas: Avenida Aquidabã, 766, Sala 51, Centro - Campinas-SP, CEP 13010-132

www.correiodamanha.com.br

Os artigos publicados são de exclusiva responsabilidade dos autores e não necessariamente refletem a opinião da direção do jornal.